

Apresentação

A Revista Jurídica do Ministério Público vence mais um ano e entra em seu quarto volume. E mais do que varar os anos, como símbolo de um projeto entusiástico, ela definitivamente institucionaliza-se, integrando, organicamente, a vida intelectual, funcional e administrativa do Ministério Público do Amazonas. Sua edição anual passa a ser objeto de viva expectativa por parte de todos que formam a família ministerial e sua composição final já não requer, na imagem de Ihering, os esforços doridos do parto, mas assemelha-se aos naturais movimentos de sístole e diástole do coração ou como o fluxo e refluxo do mar. Cada colega carrega uma cota de responsabilidade pelo sucesso desse empreendimento editorial do nosso Ministério Público. E é prazeroso dividir com todos a alegria de ver prosseguir um projeto dessa feição.

Liberdade de pensamento e de expressão congregam-se num amplo descortino científico estigmatizando todo o conteúdo doutrinário e especulativo de nossa Revista. E não há espaço mais propício para germinar a verdade do que na sementeira da liberdade, onde se reafirma valioso preceito bíblico: *conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*. Este círculo virtuoso – liberdade e verdade – é o emblema e a estrela guieira do perfil administrativo que estamos pondo em prática. Propósito administrativo, pode-se dizer claramente e sem sofismas, quintessenciado no aparato científico reunido neste órgão cultural extraordinário.

O compromisso assumido por nós é com o futuro e seus desdobramentos lógicos: progresso, evolução, modernidade. E para alcançar esses corolários indispensáveis a um Ministério Público sólido e vanguardeiro em seus fins institucionais, é imperioso condensar e registrar, sistematicamente, as nossas ações, reflexões, pensamentos e estudos técnicos num instrumento capaz ao mesmo tempo de dar unidade e preservar a pluralidade de idéias. Indiscutivelmente, a Revista Jurídica do MP amazonense se presta a este papel, além de contribuir, decisivamente, para a formação de uma saudável consciência institucional.

Exige registro o espírito dedicado de nossos colegas articulistas que, a par de suas atribuladas funções ministeriais, na capital ou no interior, encontram tempo e disposição para meditar e alinhar as idéias na face virgem do papel. Este esforço não pode ser desprezado, mas exortado e justamente apreciado, como um esconjuro ao comodismo e à tibieza.

Com os trabalhos que se enfileiram, ano após ano, nas páginas de nossa Revista, corrobora-se o que nós já sabemos: há talento sob os trópicos. A diferença agora é que tais talentos se fazem ouvir e expressam abertamente suas jurídicas opiniões.

O trabalho já não fica restrito somente aos autos de processos, cujo fim, após cumprir a digna missão de distribuir justiça, é permanecer esquecido em qualquer arquivo morto nas escriturarias judiciais. Imagine-se quantas horas gastas em estudos e pesquisas para a elaboração de um parecer ou de uma manifestação cujo destino será o olvido das prateleiras bolorentas. A publicação de tais trabalhos, portanto, travestidos com a metodologia científica exigida pela mais rígida moral acadêmica, é uma forma de resgatar a dignidade do trabalho ministerial e reconhecer méritos eventualmente peiorados.

Dizia o saudoso Roberto Lyra da necessidade de criar em torno do Ministério Público uma mentalidade coletiva, com forças sociais organizadas e conscientes aptas a amparar, eficientemente, as iniciativas da equidade e executar, no terreno firme das sanções práticas, os caros princípios porque os agentes ministeriais dão o sangue. E nada melhor para atrair essa conscientização social em torno do MP do que a completa transparência da instituição, seja no plano administrativo, seja no plano funcional. Sair do espaço apertado dos autos e expor suas posições intelectuais e filosóficas numa publicação científica é um importante passo rumo à aproximação com a sociedade ordenada.

Todos os esforços devem ser aplicados em buscar novas soluções e alternativas para os problemas que são recorrentes na sociedade brasileira, e em especial, na comunidade amazonense. O compromisso do Ministério Público é inolvidável, até porque inscrito em letra de forma no berço constitucional de seu nascimento: a proteção da sociedade democrática, sem hesitações ou receios.

Não tenho dúvidas em afirmar que, do entrechoque de idéias, nos movimentos e contramovimentos das opiniões enfeixadas neste volume da Revista Jurídica, muitas soluções serão apuradas e contabilizadas no cotidiano das Promotorias e Procuradorias, devolvendo-se à comunidade em forma de serviços o que foi lançado no papel como uma idéia aparentemente destituída de fim prático, abstrata, impessoal, genérica.

É justamente este intercâmbio utilitário e prático a ferramenta básica para dar maior alcance à nossa produção intelectual e pô-la, efetivamente, a serviço da sociedade. Nada se justifica, principalmente nas fileiras do Ministério Público, se não tiver como pano de fundo o povo, o meio social, o cidadão e seus legítimos anseios.

E é nesta senda, com a bênção de Deus, que seguirá o Ministério Público do Amazonas, produtivo, operoso, garantindo com amor e devoção o futuro de nosso povo. Os obstáculos existirão, as forças contrárias firmarão pé, a descrença baterá à porta, porém, no fim, mais uma vez, vencerá a dignidade, a virtude e a sinceridade.

Esta *apresentação* seria incompleta e injusta se não dirigisse algumas palavras ao Conselho Editorial da Revista, capitaneado pela valorosa e incansável Dra. Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza, em cujo nome homenageio os demais membros participantes.

O trabalho silencioso, subterrâneo e de bastidores destes valorosos colegas, nos possibilita a grata satisfação de termos, no final de cada ano, em nossas mãos, um exemplar da Revista pronto para ser abibliotecado.

Lançamos, em suma, com este volume, mais uma semente de esperança, com o desejo de que dela germine uma esplêndida árvore a nos oferecer no futuro sua sombra protetora e reconfortante.

Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura
Procuradora-Geral de Justiça